

# Ativismo político ao longo da vida

*Political activism across the life course*

*Ativismo político de por vida*

**Sevasti-Melissa Nolas**

Goldsmiths Universidade de Londres  
<s.nolas@gold.ac.uk>

**Christos Varvantakis**

Goldsmiths Universidade de Londres  
<c.varvantakis@gold.ac.uk>

**Vinnarasan Aruldoss**

Birla Instituto de Tecnologia e Ciência, Pilani – BITS-Pilani Dubai Campus  
<v.aruldoss@dubai.bits-pilani.ac.in>

---

## Resumo

O estudo do ativismo político negligenciou as relações pessoais e sociais das pessoas com o tempo. A idade, o ciclo de vida e a geração tornaram-se experiências cada vez mais importantes para a compreensão da participação e dos resultados políticos (por exemplo, Brexit), e as políticas atuais de austeridade em todo o mundo estão afetando pessoas de todas as idades. Em um momento em que a ciência social luta para entender as mudanças rápidas e inesperadas no cenário político atual, o ensaio argumenta que o estudo do ativismo político pode ser enriquecido ao se envolver com as dimensões temporais das experiências sociais cotidianas das pessoas, porque permite a descoberta de ativismo político em atividades mundanas, bem como em espaços banais. Os autores sugerem que uma abordagem baseada em valores, que se concentre nas relações de preocupação das pessoas seria uma maneira adequada de revelar locais políticos

---

## Abstract

The study of political activism has neglected people's personal and social relationships to time. Age, life course and generation have become increasing important experiences for understanding political participation and political outcomes (e.g. Brexit), and current policies of austerity across the world are affecting people of all ages. At a time when social science is struggling to understand the rapid and unexpected changes to the current political landscape, the essay argues that the study of political activism can be enriched by engaging with the temporal dimensions of people's everyday social experiences because it enables the Discovery of political activism in mundane activities as well as in banal spaces. The authors suggest that a values-based approach that focuses on people's relationships of concern would be a suitable way to surface contemporary political

---

## Resumen

El estudio del activismo político ha descuidado las relaciones personales y sociales de las personas con el tiempo. La edad, el ciclo de vida y la generación se han convertido en experiencias cada vez más importantes para comprender la participación política y los resultados (por ejemplo, Brexit), y las políticas de austeridad actuales en todo el mundo están afectando a las personas de todas las edades. En un momento en que las ciencias sociales luchan por comprender los cambios rápidos e inesperados en el panorama político actual, el ensayo argumenta que el estudio del activismo político puede enriquecerse al involucrarse con las dimensiones temporales de las experiencias sociales cotidianas de las personas, porque permite descubrimiento del activismo político en actividades mundanas, así como en espacios banales. Los autores sugieren que un enfoque basado en valores que se centre en las relaciones de interés de las personas sería una forma apropiada de revelar sitios po-

contemporâneos e experiências de ativismo ao longo do curso da vida e para diferentes gerações.

**Palavras-chave:** Ativismo político. Experiências sociais. Austeridade.

sites and experiences of activism across the life course and for different generations.

**Keyword:** Political activism. Social experiences. Austerity.

líticos contemporâneos y experiencias de activismo a lo largo de la vida y para diferentes generaciones.

**Palabra clave:** Activismo político. Experiencias sociales. Austeridad.

## Introdução

As relações pessoais e sociais das pessoas com o tempo têm sido um tema de pesquisa negligenciado no estudo do ativismo político. Existem diversos trabalhos que pesquisam as interseções entre ativismo político, idade, curso de vida e gerações, mas esses projetos raramente se cruzam e não chegam a se fundir em uma área de estudo (BRAUNGART; BRAUNGART, 1986). No entanto, essas relações temporais estão se tornando cada vez mais importantes. A idade legitima a participação política institucional (por exemplo, mediante o voto) e o pertencimento a uma geração molda as chances de vida e o ativismo político (ALWIN; COHEN; NEWCOMB, 1991; ELDER; MODELL; PARKE, 1993; HUGHES, 2015; MORAN-ELLIS; BANDT; SÜNKER, 2014; PILCHER; WAGG, 1996; WAGG; PILCHER, 2014; WEISNER; BERNHEIMER, 1998), além de definir os resultados das eleições (GRASSO; FARRALL; GRAY; HAY; JENNINGS, 2017). Numa época em que o imaginário popular e a pesquisa acadêmica continuam preocupadas com a juventude como sujeito da mudança, este ensaio se dedica às experiências de pessoas que não são consideradas “jovens”. Será que a preocupação com a vida pública, com questões de interesse comum e com a ação coletiva só emerge durante a “juventude” e se dissipa após a meia idade? Em que ponto dos discursos e práticas de mudança social e política se encaixam as crianças e os adultos mais velhos? Como uma abordagem do ativismo político com foco no curso da vida pode expandir as maneiras pelas quais o ativismo político pode ser definido? Como o ativismo político ao longo da vida pode ser estudado? Defendemos que trazer para o diálogo o relacionamento pessoal e social das pessoas com o tempo e o ativismo político desafia as crenças e práticas comuns sobre participação política.

Essas questões também têm uma repercussão atual. As consequências das políticas socioeconômicas neoliberais estão afetando pessoas de diferentes faixas etárias em todos os aspectos da vida cotidiana, da habitação e do emprego à saúde e à assistência social. Depois de quase uma década de políticas de austeridade, instauradas desde a crise financeira de 2008, o eleitorado em vários países está respondendo de maneiras que direcionam o cenário político para rumos imprevisíveis. A idade e o pertencimento geracional desempenham um papel fundamental nessas mudanças (por exemplo, no Brexit). Ao mesmo tempo, essas mudanças sociais estão ocorrendo em um cenário de mudanças demográficas – uma explosão da juventude no hemisfério Sul e uma população cada vez envelhecida no Norte –, que têm consequências para indivíduos, organizações do setor público e Estados nacionais (por exemplo, assistência à infância e pensões). As condições que deram origem a icônicos e, para muitos, formativos movimentos sociais do século passado (SEIDMAN, 2004) mudaram, assim como as formas como pensamos o perfil dos envolvidos no ativismo político, bem como o que é considerado ativismo político.

As contribuições para a edição especial que acompanha este ensaio surgiram de uma chamada aberta a artigos e de um workshop, “Ativismo na idade avançada”, organizado pelos editores e realizado na Friends Meeting House, em Brighton, nos dias 2 e 3 de junho de 2016. Os participantes do workshop exploraram os significados do ativismo para crianças pequenas e adultos mais velhos, grupos que estão nas extremidades da linha do tempo que tem como centro a “juventude”. Chamamos isso de “faixas etárias marginais”. A edição temática reúne acadêmicos de todas as ciências sociais cuja pesquisa tenha sido realizada em diversas localizações geográficas; suas contribuições para a edição especial estão voltadas às maneiras como idade, curso de vida e gerações se relacionam com o ativismo e a vida cotidiana.

### Notas sobre “ativismo político”

Pippa Norris (2009) define “ativismo político” como “a maneira como os cidadãos participam, os processos que os levam a fazê-lo e as consequências desses atos”. O estudo da participação política baseia-se no trabalho seminal de Almond e Verba (1963), *A cultura cívica*. Em termos disciplinares, a pesquisa sobre ativismo político situa-se na interseção entre a ciência política e a psicologia. Lendo a introdução do texto clássico de Almond e Verba (1963), é difícil não se impressionar com o anseio dos autores, “de que as nações da Europa continental descubram uma forma estável de democracia no Ocidente” (p. 1), e ao mesmo tempo com o fato de que esses anseios ainda ressoem, mais de 50 anos depois. Preocupações com “a psicologia social da participação” (ALLPORT, 1945) e “a cultura política da democracia” (ALMOND; VERBA, 1963, p. 1) surgiram em resposta direta à eclosão do fascismo e do comunismo no período entre guerras e às atrocidades e consequências da Segunda Guerra Mundial. As preocupações com participação política se intensificaram com as subsequentes ameaças de guerra nuclear e de desobediência civil, que assombraram as relações internacionais entre os blocos orientais e ocidentais após a guerra e até o início dos anos 1990. Desde o início, o estudo da participação política concentrou-se em entender a estabilidade democrática e as maneiras pelas quais a psicologia (amplamente definida) pode governar os cidadãos “por meio de suas liberdades, escolhas e solidariedades” (ROSE, 1998, p. 117). Nesse sentido, o objeto da participação política foi notadamente voltado a atos que promovem a estabilidade, como as eleições, atividade que tem a capacidade de envolver o maior número de cidadãos (NORRIS, 2009). As campanhas, a organização comunitária e a política de protesto (manifestações, petições, greves) também são identificadas na literatura como atos políticos, embora envolvam um número muito menor de pessoas.

Essas atividades políticas não permaneceram estáticas ao longo do tempo. Várias mudanças sociais ocorreram no último século, transformando a natureza da participação política (NORRIS, 2009). Nas democracias ocidentais, a participação dos eleitores diminuiu, assim como o engajamento em partidos políticos. Contestam-se os números que indicam quantas pessoas participam da vida pública. No lado da sociedade civil, há evidências de que a participação na vida comunitária, no contexto estado-unidense, diminuiu ao longo dos anos (PUTNAM, 2000). No entanto, a evidência transcultural da diminuição da par-

ticipação nas associações tradicionais é mais difícil de interpretar e não há um padrão facilmente discernível de aumento ou diminuição da associação comunitária em outros países (NORRIS, 2009). No lado político da vida pública, fica mais claro que o “ativismo atrelado a causas” aumentou consideravelmente em vários locais ao redor do mundo, bem como transnacionalmente, com novos movimentos sociais se tornando uma avenida importante para a mobilização política (NORRIS, 2009; TILLY; TARROW, 2015). Essas mudanças nas tendências civis e políticas levaram os estudiosos a repensar o significado e as práticas da participação política. De fato, argumentaríamos que a reunião, realizada por Norris, de vários atos políticos sob a bandeira do “ativismo político” sinaliza em si mesma uma notável mudança semântica na terminologia. É um convite para se envolver com a ambiguidade conceitual e empírica que o termo “ativismo” oferece (YANG, 2016).

No último ano, a necessidade de repensar a forma como os cidadãos participam da sociedade também ecoou na pesquisa que começou a surgir nas ciências sociais (DAVIES, no prelo; NIELSEN, 2016) após os resultados surpreendentes nas eleições gerais do Reino Unido em 2015, no referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia, de 2016, e nas eleições presidenciais dos EUA, de 2016. Pesquisadores, formuladores de políticas públicas, políticos e a mídia estão sendo chamados a se envolver em outros meios de informação, no que diz respeito à atuação política do povo. Por exemplo, Leo Coleman (2016) sugere que a psicanálise e a etnografia podem apresentar lacunas no entendimento atual da participação política, porque são tradições do conhecimento que lidam com a relação entre o nosso mundo interior e o exterior, além de dedicarem muita atenção aos detalhes da vida cotidiana.

O chamado para se envolver com as experiências cotidianas das pessoas do mundo social, se atendido, resultaria na redefinição surpreendente das categorias de política e ativismo. Como demonstram pesquisas recentes sobre novos públicos (MAHONY; NEWMAN; BARNETT, 2010) e a formação de novos movimentos sociais (BAYAT, 2010), os temas que importam para as pessoas, bem como a dinâmica e os processos de reunião dessas pessoas em torno desses temas, são amplamente inesperados e imprevisíveis. Portanto, é importante que a pesquisa sobre ativismo político (amplamente definido) comece a prestar mais atenção ao envolvimento das pessoas com a vida pública que as rodeia, o que Barnett (2014) descreve como “um grupo de práticas de compartilhamento”. Barnett argumenta que qualquer análise de envolvimento com a vida pública deve prestar muita atenção aos contextos comuns da vida cotidiana e considerar seriamente o que importa para as pessoas, comprometendo-se com o que ele chama de “vocabulários de valor” das pessoas.

Nesse sentido, começam a surgir definições de ativismo político baseadas em valores (DAVE, 2012; FASSIN, 2015; FLYVBJERG, 2001; LAMBERT, 2010). As abordagens baseadas em valores buscam entender o ativismo político como um conjunto de significados e práticas que expressam relações de preocupação com o mundo (SAYER, 2011). Sayer (2011, p. 1) escreve de forma pertinente sobre o relacionamento das pessoas com o mundo, como sobre as coisas que mais importam para elas:

[...] as perguntas mais importantes que as pessoas tendem a enfrentar em sua vida cotidiana são normativas sobre o que é bom e ruim sobre o que está acontecendo, incluindo como os outros as estão tratando, como agir e o que fazer para o melhor.

Em tais abordagens, os pesquisadores enfatizaram a importância do afeto e da ética e formularam um entendimento do ativismo como experiências subjetivas de normas sociais desafiadoras. Por exemplo, enquanto os idosos que Jones entrevistou em seu estudo sobre habitação (2017) não se autodefiniram como ‘ativistas’, muitas de suas decisões a respeito de moradia foram sustentadas por considerações éticas e afetivas, escolhas estas que claramente desafiaram os caminhos normativos predominantes nessa área. Por outro lado, Walker (2017) mostra como o ativismo ambiental cotidiano das crianças em casa e na escola pode ser visto como uma experiência, mas também como uma norma social, um comportamento esperado das crianças e contra o qual elas poderiam reagir. O ativismo aqui pode ser entendido como crítica, invenção e prática criativa que desafia as normas sociais (DAVE, 2012). Pensar no ativismo político em termos de resistência e desafio às normas sociais permite ampliar a definição de participação política como resposta àquela que sufoca e suprime identidades e práticas que não se enquadram.

Vamos agora pensar nas relações pessoais e sociais com o tempo: idade, curso de vida e gerações

O foco no entendimento do ativismo político quase que exclusivamente em termos eleitorais, em conjunto com estereótipos arraigados a respeito de idade e atividade política (ANDREWS, 2017), resultou em pouca ou nenhuma pesquisa séria sobre relações entre idade, curso de vida, geração e ativismo. A ativismo permanece no senso comum intimamente entrelaçado à juventude. A revolução contracultural da década de 1960 na América do Norte e na Europa Ocidental, os eventos de maio de 1968 na Europa e as respostas dos estudantes a regimes políticos repressivos em todo o mundo contribuíram para esse imaginário social (DUBINSKY; KRULL; LORD, 2009; HUGHES, 2015; SEIDMAN, 2004), que continua sendo reproduzido em pesquisa, política e prática para jovens (inclusive pelos presentes autores). No entanto, as genealogias de cuidado e preocupação são evidentes e podem ser mobilizadas na vida cotidiana de pessoas de todas as idades. Assim, resta a pergunta: como aqueles que não são ‘jovens’ ou ‘jovens adultos’ se encaixam na distribuição normativa imaginária da participação política, que vê o início da identidade política na adolescência e seu término no final da idade adulta?

Uma maneira útil de começar a responder a essa pergunta é procurar um termo-chave para pensar em participação política: “cidadão” (DALTON, 2009; NORRIS, 2009). Há um longo debate nas ciências sociais sobre as muitas exclusões incorporadas neste termo, incluindo exclusões com base na idade (veja abaixo), gênero (LISTER, 2003; MCAFEE, 2000; ROSENEIL, 2013), raça, etnia (HALL, 1993) e sexo (PLUMMER, 2003). Essas exclusões estão intimamente ligadas à dinâmica disciplinar do poder e ao papel central que a psicologia e a psicanálise desempenharam na invenção moderna do eu (ROSE, 1998; STEEDMAN, 1998). Os esforços para entender os processos de participação política fo-

ram ressaltados pelos modelos comportamentais e funcionalistas de personalidade (conhecimentos, atitudes, comportamentos) (cf. MORAN-ELLIS et al., 2014) que são caracteristicamente a-históricos e aculturais e que interiorizam o eu.

Esses modelos de personalidade há muito são criticados pela psicologia social, que é por excelência o nicho intelectual da “ciência da democracia” (ROSE, 1998), bem como por outras áreas do conhecimento. Alinhadas às teorias em estudos culturais, feminismo, construcionismo social e pós-estruturalismo (FINE; SIRIN, 2007; FLAX, 1990; GERGEN, 2011; GRIFFITHS, 1993), conceituações sociocomportamentais deram lugar a uma compreensão da personalidade como configurações de seres que pensam-agem-sentem em relação com os outros e com seus ambientes. Carolyn Pedwell, com base no trabalho de Jane Bennett, chama isso de “assembleia mente-corpo-ambiente” (apud PEDWELL, 2017, p. 95). As abordagens do ativismo político baseadas em valores estão em ressonância com essas abordagens relacionais, a fim de entender as pessoas e promover um conceito mais inclusivo de cidadania como relacionamento afetivo e ético entre um eu fluido e uma sociedade em rede. No entanto, grande parte desses estudos silenciou sobre a relação entre ativismo e idade.

Nossa preocupação em relação ao ativismo e à idade emergiu inicialmente diante das respostas limitadas encontradas na literatura sobre o significado do ativismo político para crianças mais novas – aquelas crianças na primeira e média infância, que raramente ou mesmo nunca são consideradas em termos políticos. Cockburn (2013) argumentou que as crianças, juntamente com os idosos, desde tempos remotos têm sido excluídas das definições de ‘cidadão’ por questões de competência. Isso é curioso, porque o envolvimento das crianças no ativismo educacional (NDLOVU, 2006) e trabalhista ao redor do mundo (LIEBEL; OVERWIEN; RECKNAGEL, 2001) tem sido não somente bem documentado, como bem conhecido. O que isso aponta, porém, são as especificidades históricas e culturais de como a infância é construída em um determinado momento e local e como essas ‘construções’ permeiam o entendimento público das crianças.

Nos últimos 25 anos, as representações de crianças como pessoas apolíticas foram contestadas. Em particular, a questão da falta de competência das crianças para participar de assuntos que as preocupam foi amplamente questionada pelo movimento dos direitos da criança e parcialmente afastada por convenções internacionais (cf. NOLAS, 2015 para uma revisão). No entanto, a questão da idade, como argumenta Lister (2007), continua sendo uma consideração importante em relação à infância, porque os argumentos para a participação política são muito mais convincentes quanto mais velha for a criança – observação esta corroborada por evidências empíricas (PETERSON-BADALI; RUCK; RIDLEY, 2003). Além disso, quando as crianças são vistas como cidadãs, geralmente são ‘cidadãs em espera’, ‘cidadãs aprendizes’ ou ‘aprendizes’ (LISTER, 2007) e não cidadãs do aqui e agora.

Para abordar essas deficiências conceituais e repensar a cidadania das crianças, os pesquisadores se basearam na teorização feminista, em particular a ética das filosofias do cuidado desenvolvidas por Joan Tronto e Carol Gilligan (COCKBURN, 2013). Uma abordagem ética do cuidado desafia os limites estritos e impermeáveis entre o público e o privado,

encontrados nas teorias morais tradicionais. Também desafia a separação entre moralidade e política. Finalmente, em vez de uma visão da pessoa tomada de cima para baixo, técnica e especializada, defende uma compreensão das pessoas com base naquilo que é importante para elas (COCKBURN, 2013). De maneira semelhante, os conceitos de “cidadania vivida” (JAMES, 2011; LISTER, 2007) e “direitos de vida” (HANSON; NIEUWENHUYTS, 2012) também surgiram como uma maneira de entender as experiências civis e políticas das crianças na vida cotidiana.

Uma situação semelhante pode ser percebida em relação aos idosos que, como crianças, sofrem com a dependência e a exclusão do mercado de trabalho (CRAIG, 2004). A patologização de idosos como doentes e incapacitados também está bem estabelecida (BYTHEWAY, 2005). Higgs (1995) argumentou que a erosão do Estado de bem-estar e a mercantilização dos serviços públicos exigem que se repensem os modelos sociais de cidadania. Ele conclui que, sob o neoliberalismo, é mais provável que os idosos se alienem do que se capacitem. A mídia reproduz regularmente essas representações da velhice. No entanto, essas conclusões não necessariamente se sustentam na prática. Os estudos de Andrews (1991) e Jones (2017) mencionados anteriormente desafiam justamente as ideias de alienação. Da mesma forma, Guillemot e Price (2017) documentam o caso da politização na vida adulta em um grupo de mulheres idosas que não tinham o “hábito de reagir” a outras questões de interesse comum (ANDREWS, 2017) além das eleições. Este grupo se viu na condição de manifestantes de primeira viagem por ocasião do fechamento de um centro de acolhimento, administrado por instituições de caridade, considerado por todos um espaço de comunhão e comensalidade.

Embora as abordagens do ativismo político baseadas em valores ainda não tenham se concentrado na questão etária, podem muito bem ser alteradas para explorar o ativismo político em relação à idade, à geração e ao curso da vida. Essas experiências vividas no tempo, de crescimento, sobrevivência e convivência, e de encontrar a vida pública, hoje e amanhã, abrem novas perspectivas para se pensar o ativismo político.

Além disso, a observação das “faixas etárias marginais”, a infância e a velhice, juntas e em relação ao ativismo, permite uma reformulação da socialização política como um processo que se desenrola ao longo da vida, com conexões intergeracionais. Como observam Guillemot e Price (2017), grande parte da literatura de socialização política se limitou ao estudo da juventude e às influências do lar, da escola e da mídia na formação de suas atitudes políticas (ver também BARASSI, 2017; NOLAS; VARVANTAKIS; ARULDOSS, 2017b). É importante que essas influências sejam conhecidas (PANCER, 2015): o foco nas diferentes relações das pessoas com o tempo (idade, curso de vida e geração), suas experiências e passagem fornecem visões sobre as vicissitudes da vida e o ativismo político. Essas ideias podem explicar tanto a continuidade quanto a mudança nas orientações políticas (LINDEN; KLANDERMANS, 2007), os caminhos para iniciar ou encerrar o ativismo ou a ação voluntária (FISHER, 2012) e/ ou o que Jones (2017) chama de “ativismo intermitente”: as maneiras pelas quais as vidas cruzam “lugares ressonantes de ativismo” (ROSEN, 2017) (ver também TAFT, 2017 e DA SILVA, 2017).



## Lugares ressonantes de ativismo

Embora ambíguo (YANG, 2016), o termo ativismo tem sido usado para se referir a movimentos revolucionários e protestos de alto custo e alto risco, como a participação nos movimentos militantes clandestinos em Portugal (DA SILVA, 2017), bem como nas práticas cotidianas de proteção ambiental (WALKER, 2017). Com base nessas definições, cabines de votação, ruas, prédios vazios e praças públicas são lugares familiares de ativismo político. O foco na idade, no curso de vida e na geração, no entanto, expande e introduz novos lugares ressonantes de ativismo. Envolver-se com o relacionamento e com as experiências das pessoas em relação ao tempo nos obriga a procurar e localizar o ativismo em diversos lugares, desafiando e expandindo crenças comuns sobre participação política. Comunidades, escolas e faculdades (DRAGONAS; VASSILIOU, 2017; KATZ, 2017), vida doméstica e familiar (JONES, 2017; WALKER, 2017) e a internet (BARASSI, 2017) emergem como lugares ressonantes de ativismo. Por exemplo, Rosen (2017) chama nossa atenção para o parque infantil e o jogo imaginativo das crianças como um lugar no qual as normas de gênero e as desigualdades sociais da infância podem ser desafiadas. Nolas et al. (2017b) demonstram como os espaços cotidianos do lar podem ser transformados em ágoras temporárias para o discurso político. Esses lugares ressonantes sugerem que um compromisso temporal com o ativismo político seguirá exigindo também um envolvimento com as geometrias impossíveis da política público-privada-pessoal-política. As feministas argumentam há muito tempo que o pessoal é político. Mais recentemente, o economista político Will Davies (no prelo) sugeriu que como: “[a vida pública] se corrompe, [a sociologia] deve aprofundar-se no domínio privado em busca de algum futuro público”. Enquanto isso, pesquisas sobre o discurso político apoiam a ideia de que conversas de natureza política e pública, para existirem, necessitam de espaços privados e relações pessoais íntimos e confiáveis (NOLAS et al., 2017b). O público e o privado, o pessoal e o político não são apenas contrapartes analíticas a serem exploradas e experimentadas. À medida que as tecnologias digitais aceleram e evidenciam as experiências de “colapso do contexto” (MARWICK; BOYD, 2011), será necessário abandonar a ideia de que o ativismo político ocupa apenas um lugar ‘adequado’ (DE CERTEAU, 1984). Em vez disso, pode ser mais produtivo pensar no ativismo político como práticas móveis e fluidas que abrangem vários “conjuntos mente-corpo-ambiente”, ao mesmo tempo públicas e privadas, pessoais e políticas.

## Encontro de ativismo ao longo do tempo

Como o ativismo político ao longo da vida pode ser estudado? Grande parte da pesquisa sobre ativismo é limitada em sua abrangência geográfica (principalmente ocidental) e metodológica (métodos de pesquisa) (NORRIS, 2009; SAPIRO, 2004; SCHMITT-BECK & LUP, 2013). As abordagens de design comparativo e orientadas para a ação estão começando a surgir na literatura, e será necessário avançar a fim de ir além dos EUA – super-representados na literatura a respeito de participação política – e da tendência de estudos em um único país (NORRIS, 2009). Por exemplo, reflexões sobre uma intervenção



educacional para aprendizagem de idiomas e inclusão de jovens, que durou 20 anos (1997 até hoje), na fronteira multicultural do Nordeste da Grécia (DRAGONAS; VASSILIOU, 2017) revelam os caminhos nos quais os relacionamentos intergrupos são historicamente sedimentados e exploram como eles podem ser localmente reconfigurados por meio de diálogo e atividades conjuntas. A pesquisa sobre ativismo político também começou a adotar uma abordagem comparativa, por exemplo, de experiências contrastantes nas sociedades europeias e do sul da Ásia (BARASSI, 2017; NOLAS et al., 2017b; WALKER, 2017). Essas conversas transnacionais contextualizam experiências políticas, permitindo que surjam pontos em comum e diferenças entre culturas que desafiam as noções universalizantes de política e participação (NOLAS; VARVANTAKIS; ARULDOSS, 2017a; 2017b).

Barassi (2017) argumenta que grande parte da literatura sobre ativismo político até hoje negligenciou os aspectos biográficos do processo de ocorrência do ativismo. A pesquisa e o entendimento do ativismo político dependem fortemente dos objetivos de momentos programáticos e espetaculares (DAVE, 2012), e tendem a ignorar, por exemplo, a imaginação narrativa, a experiência vivida e a vida histórica (ANDREWS, 2014) – que reputamos de grande relevância para uma compreensão diferenciada do ativismo político. Por outro lado, a história da vida e os métodos biográficos produzem ricas análises narrativas do leque de histórias que os ativistas contam sobre si mesmos e seu ativismo. De fato, como Da Silva (2017) e outros (TAFT, 2017) argumentaram, a própria narrativa se torna um recurso para significar o ativismo de alguém e refletir sobre ele. Enquanto isso, as abordagens etnográficas e a prática de imersão permitem que os pesquisadores capturem encontros fugazes e efêmeros de crianças e adultos com a vida pública, como no caso de conversas domésticas sobre políticas (NOLAS et al., 2017b).

Essas abordagens metodológicas suscitam questões em torno das relações entre compromisso e intervalo e as maneiras pelas quais a vida cotidiana e as obrigações familiares podem agir no sentido de romper com o antigo, além de gerar novas trajetórias de ativismo. Por exemplo, Andrews (2017), refletindo em sua pesquisa sobre o engajamento político de um grupo de socialistas britânicos brancos mais idosos (1991), sugere que a manutenção do engajamento político depende do cultivo do “hábito de reagir”. Pedwell (2017) argumentou recentemente que hábitos não são apenas repetições irracionais que mantêm o *status quo*. São também a ação sustentada necessária na medida em que a consciência é elevada e alterada na interação dos corpos que pensam, agem e sentem com seus ambientes. Nas duas leituras, os hábitos exigem tempo para se formar e serem reconhecidos como tal. Essa visão processual do ativismo nos ajuda a entender como o ativismo ocorre e se desdobra ao longo do tempo.

É importante ressaltar que essas abordagens de pesquisa que envolvem o relacionamento das pessoas com o tempo (temporalidade) nos permitem ir para além de um momento único de comprometimento (em grande parte imaginário e em grande parte vazio), no qual o ativismo ‘inicia’. Em vez disso, podemos começar a ver a identidade política/ativista como algo que é matizado, que é cultural e social, que tem uma história e um futuro, e que também é fluido e flexível em resposta a mudanças e interpretações ao longo do tempo.

Além disso, uma orientação etnográfica profunda permite uma compreensão mais sutil dos aspectos da política na vida cotidiana (famílias, conversas, histórias, discussões, narrativas *online* etc.) e nos leva para além dos momentos espetaculares da ação social. Assim, argumentaríamos que tais visões metodológicas (e epistemológicas) ajudam a substanciar uma ciência política mais política (SCHRAM; FLYVBJERG; LANDMAN, 2013).

## Conclusão

As relações pessoais e sociais das pessoas com o tempo receberam pouca atenção no estudo do ativismo político. Os estereótipos de idade e pertencimento geracional têm sido fundamentais para manter uma agenda de pesquisa que ignora amplamente as experiências dos muito jovens ou dos mais velhos e a diversidade de experiências dentro de gerações. No entanto, fatos políticos recentes e pesquisas de longo termo sugerem que o relacionamento com o tempo é uma categoria social importante e uma experiência que molda tanto os resultados políticos quanto a participação política.

Os conceitos de idade, curso de vida e geração trazem aspectos do tempo para o estudo do ativismo político. Neste ensaio, pedimos uma abordagem mais aberta e inclusiva do ativismo político, que explique as experiências até agora negligenciadas nas faixas etárias marginais. Revisamos vários exemplos de pesquisa que desafiam a noção de que apenas jovens ou adultos jovens são politicamente ativos em um sentido institucional. A literatura revisada para este ensaio fornece exemplos de encontros com a vida pública e a participação política em pessoas de 4 (ROSEN, 2017) a 92 anos (GUILLEMOT; PRICE, 2017). Pensar nas relações pessoais e sociais com o tempo não apenas amplia nossas noções de quem pode ser um cidadão, mas também nos obriga a olhar para a cidadania de maneira relacional no contexto da vida familiar e dos grupos de amizade. Pessoas de todas as idades são interdependentes, mas essas interdependências são mais visíveis nas faixas etárias marginais. Enxergar o ativismo através do prisma da idade nos obriga a envolver-nos com os tempos e lugares em que essas interdependências se desdobram, enquanto as pessoas cuidam da vida e do jantar, enquanto brincam e conversam, vão à escola e ficam *online*.

Nossa compreensão do ativismo político foi influenciada por literaturas baseadas em valores. As abordagens baseadas em valores buscam entender o ativismo político como uma configuração de significados e práticas que expressam relações de preocupação com o mundo (SAYER, 2011). Nesse sentido, destacamos as maneiras pelas quais o entendimento do ativismo político pode ser enriquecido por meio de abordagens granulares e qualitativas de pesquisa, como história de vida, métodos etnográficos e de pesquisa-ação, todos os quais se envolvem em maior ou menor grau com o tempo. Histórias que trazem à tona os “hábitos de reação” (ANDREWS, 2017) ajudam a desafiar a crença comum de que o ativismo é sempre algo espetacular e notável e de alcance exclusivo da juventude. Em vez disso, ao nos envolvermos com o passado, o presente e o futuro imaginado do ativismo, descobrimos que o ativismo político pode ser encontrado tanto em atividades cotidianas como em espaços banais. Essa diversidade metodológica na investigação científica do ativismo político con-

tribui para uma compreensão mais sutil das biografias individuais e dos contextos culturais e históricos nos quais o ativismo político se revela.

## Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a David Canter e Charles Watters, pelo *feedback* a um rascunho anterior deste ensaio.

## Declaração de divulgação

Nenhum potencial conflito de interesses foi relatado pelo autor.

## Financiamento

A pesquisa e o workshop sobre “Ativismo nas faixas etárias marginais” foram financiados pelo Subsídio Inicial do Conselho Europeu de Pesquisa do FP7 [ERC-StG-335514] para Sevasti-Melissa Nolas.

## Referências bibliográficas

ALLPORT, G. The psychology of participation. *Psychological Review*, v. 52, n. 3, p. 117-132, 1945.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The civic culture**: Political attitudes and democracy in five nations. London: Sage, 1963.

ALWIN, D. F.; COHEN, R. L.; NEWCOMB, T. M. **Political attitudes over the life span**: The Bennington women after fifty years. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.

ANDREWS, M. **Lifetimes of commitment**: Aging, politics, psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

ANDREWS, M. **Narrative imagination and everyday life**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ANDREWS, M. Enduring ideals: Revisiting Lifetimes of Commitment twenty-five years later. *Contemporary Social Science*, v. 12, n. 1-2, 2017. doi:10.1080/21582041.2017.1325923

BARASSI, V. Digital citizens? Data traces and family life. *Contemporary Social Science*, v. 12, n. 1-2, 2017. doi:10.1080/21582041.2017.1338353

BARNETT, C. Theorising emergent public spheres: Negotiating democracy, development, and dissent. *Acta Academica*, v. 46, n. 1-21, 2014.

BAYAT, A. **Life as politics**: How ordinary people change the Middle East. Stanford, CA: Stanford University Press, 2010.

BRAUNGART, R. G.; BRAUNGART, M. M. Life-course and generational politics. **Annual Review of Sociology**, v. 12, n. 205-231, 1986.

BYTHEWAY, B. Ageism and age categorization. **Journal of Social Issues**, v. 61, n. 2, p. 361-374, 2005.

COCKBURN, T. **Rethinking children's citizenship**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

COLEMAN, L. Why to read Winnicott after the US election, and how. **Somatosphere**. Nov. 18 2006. Retrieved April 28, 2017, from <http://somatosphere.net/2016/11/why-to-readwinicott-after-the-us-election-and-how.html>

CRAIG, G. Citizenship, exclusion and older people. **Journal of Social Policy**, v. 33, n. 1, p. 95-114, 2004.

DA SILVA, R. Narrative resources and political violence: The life stories of former clandestine militants in Portugal. **Contemporary Social Science**, v. 12, n. 1-2, 2017. doi:10.1080/21582041.2017.1335878

DALTON, R. J. **The good citizen**: How a younger generation is reshaping American politics. Washington: CQ Press, 2009.

DAVE, N. **Queer activism in India**: A story in the anthropology of ethics. Durham, NC: Duke University Press, 2012.

DAVIES, W. **Review essay**: Strangers in their own land: Anger and mourning on the American Right, Arlie Russell Hochschild. New York: New Press, 2016.

DE CERTEAU, M. **The practice of everyday life**. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

DRAGONAS, T.; VASSILIOU, A. Educational activism across the divide: Empowering youths and their communities. **Contemporary Social Science**, v. 12, n. 1-2, 2017. doi:10.1080/21582041.2017.1327668

DUBINSKY, K.; KRULL, C.; LORD, S. **New world coming**: The sixties and the shaping of global consciousness. Toronto: Between the Lines, 2009.

ELDER, G. H.; MODELL, J.; PARKE, R. D. **Children in time and place**: Developmental and historical insights. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

FASSIN, D. Troubled waters: At the confluence of ethics and politics. In: LAMBEK, M.; FASSIN, D.; KEANE, W. (eds.), **Four lectures on ethics**: Anthropological perspectives. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 2015.

FINE, M., & SIRIN, S. R. Theorizing hyphenated selves: Researching youth development in and across contentious political contexts. **Social and Personality Psychology Compass**, 1(1), 16–38. 2007.

- FISHER, D. R. Youth political participation: Bridging activism and electoral politics. **Annual Review of Sociology**, 38, 119–137. 2012.
- FLAX, J. **Thinking fragments**: Psychoanalysis, feminism and postmodernism in the contemporary west. Berkeley, CA: University of California Press. 1990.
- FLYVBJERG, B. **Making social science matter**: Why social inquiry fails and how it can succeed again. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2001.
- GERGEN, K. **Relational being**: Beyond self and community. Oxford: Oxford University Press. 2011.
- GRASSO, M. T., FARRALL, S., GRAY, E., HAY, C., & JENNINGS, W. Thatcher's children, Blair's babies, political socialization and trickle-down value change: An age, period and cohort analysis. **British Journal of Political Science**. Advanced online publication. 2017, January 26).doi:10.1017/S0007123416000375
- GRIFFITHS, C. **Representations of youth**. Cambridge: Polity Press. 1993.
- GUILLEMOT, J., & PRICE, D. Politicisation in later life: Experience and motivations of older people participating in a protest for the first time. **Contemporary Social Science**, 12(1–2). 2017. doi:10.1080/21582041.2017.1326620
- HALL, S. **Culture, community, nation**. *Cultural Studies*, 7(3), 349–363. 1993.
- HANSON, K., & NIEUWENHUYS, O. Living rights, social justice, translations. In Karl HANSON & Olga NIEUWENHUYS (Eds.), **Reconceptualizing children's rights in international development**: Living rights, social justice, translations (p. 3–26). Cambridge: Cambridge University Press. 2012.
- HIGGS, P. Citizenship and old age: The end of the road? **Ageing and Society**, 15, 535–550. 1995.
- HUGHES, C. **Young lives on the left**: Sixties activism and the liberation of the self. Manchester: Manchester University Press. 2015.
- JAMES, A. To be(come) or not to be(come): Understanding children's citizenship. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 633, 167–179. 2011.
- JONES, A. Housing choices in later life as unclaimed forms of housing activism. **Contemporary Social Science**, 12(1–2). 2017. doi:10.1080/21582041.2017.1334127
- KATZ, S. Welfare mothers' grassroots activism for economic justice. **Contemporary Social Science**, 12(1–2). 2017. doi:10.1080/21582041.2017.1335879
- LAMBERT, M. **Ordinary ethics**: Anthropology, language and action. New York, NY: Fordham University Press. 2010.
- LIEBEL, M., OVERWIEN, B., & RECKNAGEL, A. **Working children's protagonism**: Social movements and empowerment in Latin America, Africa and India. Frankfurt, Germany: IKO-Verlag für Interkulturelle Kommunikation. 2001.

LINDEN, A., & KLANDERMANS, K. Revolutionaries, wanderers, converts, and compliants: Life histories of extreme right activists. **Journal of Contemporary Ethnography**, 36(2), 184–201. 2007.

LISTER, R. **Citizenship: Feminist perspectives** (2nd revised ed.). London: Palgrave Macmillan. 2003.

LISTER, R. Why citizenship: Where, when and how children? **Theoretical Inquiries in Law**, 8(2), 693–717. 2007.

MAHONY, N., NEWMAN, J., & BARNETT, C. **Rethinking the public: Innovations in research, theory and politics**. Bristol: The Policy Press. 2010.

MARWICK, A. E., & BOYD, D. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. **New Media & Society**, 13(1), 114–133. 2011.

MCAFEE, N. **Habermas, Kristeva and citizenship**. Ithaca, NY: Cornell University Press. 2000.

MORAN-ELLIS, J., BANDT, A., & SÜNKER, H. Children's well-being and politics. In A. BEN-ARIEH, F. CASAS, I. FRØNES, & J. E. KORBIN (Eds.), **Handbook of child well-being: Theories, methods and policies in global perspective** (p. 415–435). New York: Springer. 2014.

NDLOVU, S. M. The Soweto uprising. In B. THERON (Ed.), **The road to democracy in South Africa** volume 2 [1970–1980] (p. 317–350). Unisa: Unisa Press, University of South Africa. 2006.

NIELSEN, R. K. **A desk is a dangerous place from which to view the world: Social science and the 2016 elections**. 2016. Retrieved June 5, 2017, from <https://rasmuskleisnielsen.net/2016/11/09/a-desk-is-adangerous-place-from-which-to-view-the-world-social-science-and-the-2016-elections/>

NOLAS, S.-M. Children's participation, childhood publics and social change: A review. **Children & Society**, 29(1), 157–167. 2015.

NOLAS, S.-M., VARVANTAKIS, C., & ARULDOSS, V. Children of the financial crisis. **Discover Society**, Issue 44. 2017a, May 2). Retrieved May 20, 2017, from <http://discoversociety.org/2017/05/02/childrenof-the-financial-crisis/>

NOLAS, S.-M., VARVANTAKIS, C., & ARULDOSS, V. Talking politics in everyday family lives. **Contemporary Social Science**, 12(1–2). 2017b. doi:10.1080/21582041.2017.1330965

NORRIS, P. Political activism: New challenges, new opportunities. In Carles BOIX & Susan C. STOKES (Eds.), **The oxford handbook for comparative politics** (p. 628–649). Oxford: Oxford University Press. 2009.

PANCER, S. M. **The psychology of citizenship and civic engagement**. Oxford: Oxford University Press. 2015.



- PEDWELL, C. Transforming habit: Revolution, routine and social change. *Cultural Studies*, 31(1), 93–120. 2017.
- PETERSON-BADALI, M., RUCK, M. D., & RIDLEY, E. College students' attitudes toward children's nurturance and self-determination rights. *Journal of Applied Social Psychology*, 33, 730–755. 2003.
- PILCHER, J., & WAGG, S. *Thatcher's Children?: Politics, childhood and society in the 1990s and 1990s*. London: Falmer Press. 1996.
- PLUMMER, K. *Intimate citizenship: Personal decisions and public dialogues*. Seattle: University of Washington Press. 2003.
- PUTNAM, R. *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York, NY: Simon & Schuster Paperbacks. 2000.
- ROSE, N. *Inventing our selves: Psychology, power, and person hood*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.
- ROSEN, R. Play as activism? Early childhood and (inter)generational politics. *Contemporary Social Science*, 12(1–2). 2017. doi:10.1080/21582041.2017.1324174
- ROSENEIL, S. (Ed.). *Beyond citizenship? Feminism and the transformation of belonging*. London: Palgrave MacMillan. 2013.
- SAPIRO, V. Not your parents' socialisation: Introduction for a new generation. *Annual Review of Political Science*, 7(1), 1–23. 2004.
- SAYER, A. *Why things matter to people: Social science, values and ethical life*. Cambridge: Cambridge University Press. 2011.
- SCHMITT-BECK, R., & LUP, O. Seeking the soul of democracy: A review of recent research into citizens' political talk culture. *Swiss Political Science Review*, 19(4), 513–538. 2013.
- SCHRAM, S. F., FLYVBJERG, B., & LANDMAN, T. Political political science: A phronetic approach. *New Political Science*, 35(3), 359–372. 2013.
- SEIDMAN, M. M. *The imaginary revolution: Parisian students and workers in 1968*. Oxford: Berghahn Books. 2004.
- STEEDMAN, C. *Strange dislocations: Childhood and the idea of human interiority*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1998.
- TAFT, J. Teenage girls' narratives of becoming activists. *Contemporary Social Science*, 12(1–2). 2017. doi:10.1080/21582041.2017.1324173
- TILLY, C., & TARROW, S. *Contentious politics* (2nd ed.). Oxford: Oxford University Press. 2015.
- WAGG, S., & PILCHER, J. *Thatcher's grandchildren: Politics and childhood in the twenty first century*. New York: Springer. 2014.

WALKER, C. Embodying ‘the next generation’: Children’s everyday environmental activism in India and England. **Contemporary Social Science**, 12(1–2). 2017. doi:10.1080/21582041.2017.1325922

WEISNER, T., & BERNHEIMER, L. P. Children of the 1960s at midlife: Generational identity and the family adaptive project. In Richard A. SHWEDER (Ed.), **Welcome to middle age!** (and other cultural fictions) (p. 211–257). Chicago, IL: The University of Chicago Press. 1998.

YANG, G. Activism. In: B. PETERS (Ed.), **Digital keywords: A vocabulary of information society and culture** (p. 1–17). Princeton, NJ: Princeton University Press. 2016.

 Data de recebimento: 16/05/2020  
Data de aceite: 20/05/2020

Dados dos autores:

#### **Sevasti-Melissa Nolas**

<https://orcid.org/0000-0001-6928-7001>

Etnógrafa e pesquisadora pública com formação interdisciplinar em psicologia social, linguística e filosofia.

Psicóloga social crítica, pesquisadora principal do Connectors Study, financiado pelo ERC, e professora sênior em Serviço Social da Universidade de Sussex. Suas áreas de pesquisa incluem: públicos de infância, participação de crianças, desenvolvimento de jovens, experiências de violência familiar e de mulheres e crianças, práticas cívicas e políticas ao longo da vida e públicos criando metodologias. Ela publicou amplamente sobre esses tópicos. Você pode ler mais sobre o Connectors Study do ERC aqui: <https://connectorsstudy.wordpress.com>

#### **Christos Varvantakis**

<https://orcid.org/0000-0003-0808-2795>

Pesquisador no Departamento de Sociologia da Universidade de Londres.

Antropólogo, atualmente trabalhando na Universidade de Sussex, realizando pesquisas em Atenas para o Connectors Study, financiado pelo ERC. Concluiu o doutorado na Freie Universität Berlin e realizou pesquisas na Alemanha, sul da Índia e Grécia. Atualmente, suas áreas de pesquisa são: infância, política, ambientes urbanos e metodologias de pesquisa visual. Ele publicou sobre política em torno do espaço público urbano, infância e política, mídia e ativismo juvenil e teoria e história da antropologia visual.

#### **Vinnarasan Aruldoss**

<https://orcid.org/0000-0001-7573-1324>

Professor Assistente no Departamento de Ciências Humanas e Sociais da BITS-Pilani, Câmpus de Dubai, Emirados Árabes Unidos.

Pesquisador da Universidade de Sussex trabalhando no Connectors Study financiado pela ECR na Índia. Concluiu seu doutorado em Política Social na Universidade de Edimburgo, examinando a educação infantil e as experiências cotidianas das crianças em três contextos pedagógicos diferentes em Tamil Nadu, no sul da Índia. Ele publicou artigos sobre políticas para a primeira infância, espaços de aprendizado criativo, participação das crianças nos primeiros anos e infância e política.